



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR:
DO SURGIMENTO DA INFÂNCIA À ATUALIDADE**

VANESSA FERRAZ SALERNO

BRASÍLIA
DEZEMBRO/2007

VANESSA FERRAZ SALERNO

ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: DO SURGIMENTO DA INFÂNCIA À ATUALIDADE

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB –
Centro Universitário de Brasília.

Professor orientador:

Dr. Maurício da Silva Neubern

Brasília-DF, Dezembro de 2007



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Professor Maurício da Silva Neubern, Doutor em Psicologia

Professor Francisco Ângelo Cechin, Psicólogo

Professora Valéria Mori, Mestre em Psicologia

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Dezembro de 2007

Dedico esta monografia a todos aqueles que estiveram ao meu lado durante essa jornada, me incentivando e apoiando. Dedico, em especial, aos meus pais que me ensinaram a acreditar em meus sonhos e a ter perseverança e fé perante os obstáculos da vida.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: A história da infância.....	05
1.1 A criança medieval.....	05
1.2 O surgimento da infância.....	09
1.3 O suposto desaparecimento da infância.....	11
CAPÍTULO II: Abuso sexual infantil: dados e consequências	14
2.1 Definição acerca do abuso sexual.....	14
2.2 Desenvolvimento da criança vítima de abuso sexual.....	18
2.3 Abuso sexual infantil intrafamiliar recorrente.....	21
CAPÍTULO III: A família abusiva.....	26
3.1 Dinâmica da família abusiva.....	26
3.2 A mãe: vítima secundária.....	30
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

"Diante da desigualdade de poder o grande perdedor é a sociedade. Os reflexos podem ser notados tanto no presente como no futuro. As vítimas acabam assimilando valores desfigurados de respeito humano. A vulnerabilidade e a fraqueza temporárias da criança, enquanto vítima, podem dar lugar à formação de pessoas que exerçam o papel de agressoras dentro e fora do contexto familiar, mediante mecanismos de introjeção e identificação com o que a vitimiza. É a violência dentro da família gerando a violência social" (Silva, 2002, p.77).

RESUMO

A presente monografia propõe-se a abordar a dinâmica da família que inclui violência, com ênfase no abuso sexual infantil intrafamiliar. Para isso foi feita uma análise da história da infância, constatando que a mesma é um fenômeno da modernidade. Na Idade Média não havia uma diferenciação entre crianças e adultos; a criança participava de tudo, inclusive das orgias sexuais. A partir do surgimento de um sentimento pela criança, as famílias começaram a organizar-se em torno delas. A família tornou-se responsável pela formação e bem estar da criança, passando a desempenhar um papel de cuidadora e protetora da criança e demais membros. A infância passou a ser vista como uma fase de desenvolvimento de fundamental importância para a formação do ser humano. Atualmente, é possível identificar uma banalização da infância. As crianças passaram a usar modelo de roupas de adultos, a dançar músicas impróprias e a serem expostas, por meio da mídia e demais meios de comunicação, a informações inadequadas, tais como, cenas de sexo explícito na televisão e letras de músicas com viés pornográfico. Contudo, a criança não perdeu seu valor e importância. Mas muitas sofrem maus-tratos, abusos (moral e sexual), exploração, abandono e são negligenciadas pelos seus pais e familiares. Crianças que desde a mais tenra idade são abusadas sexualmente, principalmente, pela figura paterna. Dados referentes aos casos de abuso sexual infantil, apesar de serem alarmantes, significam somente a ponta de um *iceberg*. É possível identificar uma disfunção nas famílias em que ocorre abuso sexual de crianças e adolescentes. Sendo perceptível na dinâmica de famílias abusivas uma hierarquia evidente e também uma intensa desigualdade de gênero (homem é superior à mulher) e de geração (o adulto é superior à criança). Fato que leva à manutenção do ciclo da violência, pois os demais membros se submetem ao agressor por se sentirem inferiores e impotentes. O principal responsável pela manutenção do ciclo da violência intrafamiliar é o segredo que permeia os membros da família. Por não terem coragem de revelar o segredo da violência, devido ao medo das consequências que isso trará para a família, a violência torna-se recorrente. O segredo reforça as ações do agressor, revelando uma cumplicidade e coesão doentia de todos os membros da família. Esse contexto de violência pode ser passado de geração em geração, se o segredo não for revelado. Sempre haverá um membro da família que assumirá o papel de agressor ou abusador e outros no papel de vítimas enquanto essa dinâmica de violência perdurar.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; violência; família.

A violência tem se feito presente de forma crescente no mundo, sendo focada pelos meios de comunicação sob diferentes representações: desde a domiciliar até os grandes conflitos armados. Em comum, as diferentes formas com que se apresenta, elege como vítimas os mais fracos. Nessa categoria encontram-se as crianças que nascem com total falta de defesa e perduram durante tempo prolongado na dependência de outros (adultos) (Scherer e Scherer, 2000, p. 22).

Todos os dias, os jornais e demais meios de comunicação noticiam diversos casos de violência, tais como: guerras, ataques terroristas, tiroteios em favelas, massacres, roubos, assassinatos entre outros. Contudo, parece haver uma banalização da violência, é como se as pessoas estivessem acostumadas com isso, é como se a vida já não tivesse tanto valor perante a sociedade. Parece que as pessoas aprenderam a conviver com a violência. E quem sofre com as conseqüências disso são os mais fracos, menos favorecidos ou aqueles que são estruturalmente dependentes, como é o caso das crianças e adolescentes.

Para Chauí (1985) a violência é uma “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e opressão” (citado em Araújo, 2002, p.04). A violência é vista como uma coisificação do homem, o qual deixa de ser tratado como ser humano dotado de desejos e anseios próprios; a violência é caracterizada pela anulação ou impedimento da ação e expressão de uma pessoa. Pode-se falar em dois tipos de violência: a extra familiar e a intrafamiliar. A violência intrafamiliar refere-se à violência que ocorre na família, entre parentes que vivem sob o mesmo teto ou não, mas é mais freqüente entre àqueles que vivem dentro da mesma casa (Araújo, 2002).

Hoje, são comuns os casos de maus-tratos, abandono e exploração de crianças e adolescentes perpetrados pelos pais e familiares. Os dados são alarmantes, a cada dez crianças de zero a doze anos de idade, três são vitimizadas diariamente com algum tipo de maus-tratos

dentro da própria casa, e os agressores são os pais, padrastos ou parentes. São crianças aprisionadas em relações assimétricas de poder, sem oportunidade de dar vazão aos próprios desejos, tornando-se submissas à vontade do outro (Silva, 2002).

Mas o mais assustador é o aumento dos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar, os mesmos são noticiados diariamente pela mídia. Para Furniss (1993) não houve um aumento nos casos de abuso sexual infantil, o que ocorre é que as pessoas têm dado maior importância a esse fato. Isso se deve ao crescente movimento dos direitos das crianças e a uma crescente preocupação com a saúde e saúde mental da criança. Prova disso é que foi promulgado no Brasil, em 13 de julho de 1990, um instrumento jurídico de grande relevância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Silva, 2002). Este Estatuto tem como principal objetivo resguardar e garantir os direitos das crianças e adolescentes.

O abuso sexual incomoda e causa mal estar nas pessoas. É difícil para a sociedade aceitar que alguns adultos são capazes de causar dor física e psicológica em crianças a fim de satisfazer seus próprios desejos, principalmente quando o abusador é uma pessoa de confiança ou membro da família (Watson, 1994, citado em Amazarray & Koller, 1998).

Contudo, para entender a violência intrafamiliar é preciso compreender as interações entre pai/mãe/filhos (as) e a forma como essa família se relaciona. É preciso “perceber que a violência não é um fenômeno natural como querem alguns, mas, ao contrário, construída e transmitida às novas gerações” (Silva, 2002, p.75). Diante disso, o presente trabalho justifica-se pelo interesse em entender o porquê do abuso sexual incestuoso, a fim de compreender como pais e familiares são capazes de tal ato de crueldade. O abuso sexual provoca repúdio e indignação nas pessoas e na sociedade. A punição do agressor é a única solução vista por todos, mas é preciso verificar o que faz essa família manter e muitas vezes aceitar a recorrência desse ato criminoso.

Essa monografia tem como objetivo abordar questões relativas ao abuso sexual infantil intrafamiliar, em que o principal abusador é o pai ou figura paterna. Primeiramente, uma visão panorâmica da infância é traçada, tendo como ponto de partida o momento da história em que não havia um conceito de infância e nenhuma diferenciação entre a criança e o adulto, até o surgimento do conceito de infância e o seu suposto desaparecimento. Num segundo momento, o abuso sexual é definido e dados estatísticos são apresentados, apesar de serem alarmantes esses dados ainda não representam a realidade. Depois, é apresentada a definição do incesto e o modo de funcionar de uma família em que a violência está inserida no contexto familiar. A dinâmica da família é verificada a fim de entender a função que o abuso sexual ou qualquer outra forma de violência pode ter em uma família específica.

Essa revisão teórica da literatura sobre abuso sexual infantil intrafamiliar, desde o surgimento do conceito de infância até os dias de hoje, demonstra-se relevante, pois se propõe a abordar a dinâmica da família abusiva e compreender a recorrência do abuso sexual infantil intrafamiliar. O estudo está organizado em três capítulos, os quais retratam a importância da infância e da criança na sociedade hoje e os maus tratos a que são submetidas dentro de seus lares, em especial o abuso sexual infantil perpetrado pela figura paterna.

No primeiro capítulo é apresentado um panorama sobre o surgimento da infância e o lugar ocupado pela criança na sociedade hoje. Até a Idade Média não existia o conceito de infância, a criança era tratada como um adulto pequeno, participando plenamente da vida adulta, inclusive das orgias sexuais. Não havia um reconhecimento da imaturidade e necessidade de cuidados e proteção de que a criança necessita. A infância é um conceito da modernidade. A sociedade e a família passaram a valorizar e respeitar esse período muito importante para o desenvolvimento da criança. Porém, é possível visualizar uma derrocada de valores na sociedade e na família, provavelmente provocada pela mídia. As crianças

atualmente são submetidas a conteúdos impróprios para a sua idade, acarretando em uma erotização precoce da infância.

No segundo, são apresentadas diversas definições de abuso sexual infantil e dados estatísticos sobre a ocorrência do mesmo em meninas e meninos. Nota-se que os dados levantados ainda estão muito longe da realidade, já que poucos casos são denunciados pelas famílias e, principalmente, pela vítima. As consequências para as vítimas de abuso são inúmeras, sendo descritas algumas de maior relevância. Em sequência será descrito um caso de abuso sexual infantil intrafamiliar recorrente, mostrando os rituais de entrada e saída e os mecanismos de negação e anulação do abuso por parte do abusador e da vítima, a qual se comporta como se fosse cúmplice do próprio abuso.

E por último, no terceiro capítulo, será discutida a dinâmica da família que inclui violência. As desigualdades de gênero e de geração e a assimetria do poder são apresentadas como características marcantes da família abusiva. Além disso, essa família caracteriza-se também pela enorme confusão de papéis ocupados por cada membro. Não há uma clareza na posição ocupada pelos membros da família, uns desempenham o papel dos outros e alguns mal sabem que papel desempenhar. É dada ênfase na posição da mãe perante o abuso sexual de seus filhos (as), na tentativa de entender seu papel e seus sentimentos diante do incesto perpetrado pelo seu companheiro.

Capítulo I

A História da Infância

1.1 A criança medieval

Nem sempre houve uma diferenciação entre crianças e adultos, o momento que atualmente é conhecido como infância e tratado com zelo pela família, sociedade e leis públicas não existia. Segundo Ariès (1981), na Idade Média a infância era vista como um estado de transição para a vida adulta, o indivíduo só passava a existir quando podia conviver e participar da vida adulta. Não havia um tratamento especial para as crianças, fato que tornava sua sobrevivência difícil. Nesta época, a sociedade definia a idade da criança como:

[...] a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras [...] (Ariès, 1981, citado em Rocha, 2002, p.54).

O conceito de infância como é conhecido atualmente foi construído ao longo da história da sociedade. O diálogo entre diversos olhares no campo da História, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Biologia, Antropologia, Arqueologia, entre outras, tornou possível algum entendimento de como esse conceito foi construído.

Alguns autores como Moysés Kuhlmann Júnior, Jaques Gélis, Daniele Alexandre-Bidón e Pierre Riché, apontam em suas pesquisas a existência de uma preocupação da sociedade com a criança ainda na Idade Média, conforme descreve Rocha (2002). A partir da análise de diversificados documentos históricos, eles identificaram a percepção da infância pelos adultos em idades mais remotas.

O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram. Em livros escritos pelos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon (...), fartamente ilustrados com pinturas e objetos, arrolam-se os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época (Kuhlmann Jr., 1998, citado em Rocha, 2002, p.57).

Segundo Rocha (2002), esses autores criticam Ariès por ter estudado a história de meninos ricos da sociedade francesa, já que em relação às classes mais baixas poucos registros foram encontrados. As pesquisas desses autores apontam, utilizando-se desses poucos registros, que havia um cuidado e um sentimento de amor por parte dos pais pelas crianças.

Contudo, para Ariès (1981) o reconhecimento da infância é um fenômeno da modernidade. O pesquisador francês Philippe Ariès é um dos principais estudiosos da história da infância, esse fato se torna perceptível, pois quase todos os autores que escrevem sobre a criança e a infância o usam como referência, para criticá-lo ou baseando-se em suas idéias. Rocha (2002) cita que Ariès fundamentou seus estudos em variadas fontes: iconografia religiosa e leiga, diários e dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos. Ele estudou a história e o lugar ocupado pelas crianças, principalmente as que pertenciam às famílias abastadas da França, na sociedade dos séculos XII ao XVII.

Partindo da Idade Média, Ariès (1981) analisa como a criança era vista pela sociedade medieval, que a ignorava enquanto criança, e o surgimento e posterior desenvolvimento de certos sentimentos em relação à criança pequena. Ele aprofunda-se no estudo das sociedades, mostrando o surgimento dos mecanismos que conduziram a mudanças de atitude com relação à criança e o posterior aparecimento do que pode se chamar de “sentimento da infância”.

Ao contrário da atualidade, as crianças só adquiriam uma importância social quando se tornavam adultas, antes disso eram tidas como seres facilmente substituíveis; morria um, nasciam outros. O infanticídio era comum na sociedade; muitas crianças morriam ainda na tenra idade. Para Stearns (2006), esse fato explica a falta de afetividade dos pais para com as crianças. Era complicado valorizar e organizar-se em torno dos filhos já que não havia nenhuma garantia se aquela criança iria sobreviver. De certa forma, isso justifica a falta de afetividade dos pais e a normalidade com que lidavam com a morte de seus filhos.

A infância é um fenômeno histórico; a partir de uma necessidade social foi-se surgindo o conceito de infância. Antigamente, a criança era vista como “um adulto em miniatura” (Ariès, 1981). Aos sete anos, quando já não era tão dependente de outras pessoas, vestia-se como um adulto, trabalhava, tornava-se útil na economia familiar, participava das festas e orgias sexuais. Não havia nenhum tratamento diferenciado entre crianças e adultos.

Provavelmente, nesse período, o sentido da expressão abuso sexual infantil era totalmente desconhecido e inválido. As crianças, vistas como seres inferiores aos adultos e sem necessidade de um tratamento diferenciado, eram submetidas a relações e jogos sexuais com os adultos.

Ariès (1981) relata casos, perfeitamente normais para a época, em que meninas de 12 a 13 anos já estão casadas e agem com extrema consciência de seu papel. Comportam-se como adultas diante das responsabilidades que lhes são conferidas: cumprem os afazeres do lar, interpretando o seu papel social.

Na sociedade medieval não havia objeção à liberdade e intromissão das crianças em assuntos sexuais. Não havia a percepção dos danos acarretados às crianças diante de tais assuntos ou práticas.

Ariès (1981) conta que Luís XIII tem um ano quando, "muito alegre, anota Heroard (o médico de Luís XIII), ele manda que todos lhe beijem o pênis" (p.126). Essa atitude não é

interpretada com repreensão, ao contrário, as pessoas se divertiam com situações desse tipo. Na atualidade, uma situação como essa causaria, no mínimo, mal estar. Na época, não chocava, pois, outra era a moral vigente tornando naturais aqueles comportamentos.

Para se ter uma idéia da aprovação social, esse trecho do diário de Heroard é um bom exemplo:

Ele e Madame (sua irmã) foram despidos e colocados juntos com o Rei, onde se beijaram, gorgearam e deram muito prazer ao Rei. O rei perguntou-lhe: - Meu filho, onde está a trouxinha da Infanta? - Ele mostrou o pênis dizendo: - Não tem osso dentro, papai. - Depois, como seu pênis se enrijecesse um pouco, acrescentou: - Agora tem, de vez em quando tem (Ariès, 1981, p.126).

A percepção da sexualidade da criança apresenta variações conforme o meio e as diferentes épocas. Se as descrições de Heroard parece abuso, o emprego de ações e linguagens associadas a práticas sexuais não o eram na época. O significado que o abuso sexual infantil tem para a pessoa que o sofreu pode variar de acordo com a forma com que a sociedade significa esse ato. Se na época em que Luís XIII era criança não havia uma definição para abuso e isso não era visto como algo abominável aos olhos da sociedade, provavelmente, esse fato em si, não acarretou danos ao desenvolvimento dele.

O sentido que o abuso sexual infantil tem para a época atual, torna as crianças que o sofreu vítimas e os danos causados podem ser terríveis. Isso ocorre devido à importância da criança para a sociedade e a significação que essa deu ao abuso como algo inaceitável.

É preciso entender que o modo de funcionamento e organização das famílias e sociedade varia de acordo com as situações vivenciadas em cada época. Não é correto julgar os atos das pessoas sem considerar todo o contexto. O conceito de abuso sexual infantil também foi construído pela sociedade. Se hoje existem leis e punições para aqueles que o

cometem é porque foi formado e absorvido por todos um sentimento de respeito e zelo pela criança.

A infância na contemporaneidade é considerada como um estágio do desenvolvimento humano de fundamental importância para a constituição de uma pessoa saudável e feliz. Porém, o seu surgimento deu-se de forma lenta e recente perante a sociedade.

1.2 O surgimento da infância

O primeiro sentimento que surge em relação à infância é a “paparicação”, segundo Áries (1981). Ele surge no meio familiar; as pessoas não hesitam mais em admitir o prazer provocado pelas maneiras das crianças pequenas, o prazer que sentem em paparicá-las. Com o tempo esse hábito expandiu-se, deixando de ser um privilégio dos bem-nascidos e alcançando as camadas populares da sociedade. A criança por sua ingenuidade, gentileza e graça torna-se uma fonte de distração e entretenimento para os adultos, como cita Ariès (1981, p.68):

[...] ela fala de um modo engraçado: e titota, tetita y totata..... e [...] “eu a amo muito”
[...] ela faz cem pequenas coisinhas: faz carinhos, bate, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queixo: enfim, ela é bonita em tudo o que faz. Distraio-me com ela horas a fio [...]

A sociedade da época indignou-se com essa paparicação, pois as crianças eram tratadas como “bichinhos de estimação” (Rocha, 2002). Surge então, para Ariès (1981), o segundo sentimento da infância caracterizado pela tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância. Este sentimento ainda é proveniente de uma fonte exterior à família; foram os eclesiásticos, os homens da lei e os moralistas do século XVII que primeiro deram-se conta da necessidade de uma atenção especial à infância. Eles recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores. Posteriormente, é possível visualizar esse sentimento dentro da própria família e não como uma condição imposta por outros.

A partir do século XVII, a Igreja e os poderes públicos começam a interferir na forma como a sociedade e a família tratavam a criança, no que diz respeito à falta de cuidados com ela e sua precoce inserção no trabalho. Segundo Rocha (2002), a Igreja estava preocupada com a grande mortalidade infantil, que antes era tolerada passivamente por ela. Com isso, surgiram novas regras sociais que determinavam o papel da mãe como cuidadora e protetora do bebê, com a ajuda de outras mulheres, amas de leite e parteiras, por exemplo.

A manutenção da vida infantil tornou-se papel exclusivo da mulher. De acordo com Ariès (1981), até então, não havia o chamado “amor materno”, como uma referência à afetividade. Diante dessas novas regras, que colocavam as mulheres como principais responsáveis pelas crianças, este sentimento de amor materno foi emergindo, mas num primeiro momento parece ter sido imposto socialmente pela igreja e leis públicas.

Segundo Ariès (1981), a aproximação entre pais e crianças gerou um sentimento de família e de infância que outrora não existia, a criança tornou-se o centro das atenções e a família começou a se organizar em torno dela. Ainda no início do século XVII, foi criado para a criança um traje especial que a distinguia dos adultos. Até então, não havia a particularização de trajes para o período designado pela infância, sendo a criança vestida como um homem em tamanho reduzido; o tamanho da roupa era a única diferença entre os trajes de adultos e crianças.

A afetividade, a especialização de um traje e a incorporação de castigos corporais entre as crianças formaram os primeiros sentimentos de infância e introduziram os primeiros mecanismos de distinção entre a criança e o adulto.

Esses fatores acarretaram no início do processo de reconhecimento da infância como um estágio de desenvolvimento merecedor de tratamento especial. O sentimento de infância parecia compreender e aceitar as particularidades da criança e a singularidade desse momento de desenvolvimento peculiar aos demais na vida de uma pessoa.

Diante da evolução nas relações sociais estabelecidas durante a Idade Média, “a partir do século XVIII a família começa a manter a sociedade a distância, valorizar a intimidade da vida privada e ter necessidade de uma identidade, passando a se unir também pelo sentimento” (Scodelario, 2002, p. 95). A família começa a organizar-se em torno da criança e essa passa a ser valorizada pela sociedade, assumindo um papel central nas preocupações da família e da sociedade, sua saúde e sua educação são priorizadas (Rocha, 2002).

Porém, conforme ressalta Stearns (2006), é preciso considerar as variações que a infância apresenta de acordo com a época e também conforme as diversas culturas existentes no mundo. Em algumas culturas pode ser normal o trabalho infantil, enquanto em outras é um crime empregar crianças. Assim como o aborto é regularizado em alguns países e em outros é um ato criminoso contra a vida e os direitos humanos. Uma boa surra e castigos aplicados às crianças podem ser vistos como um ato de amor e cuidado, mas para outras culturas pode significar desrespeito e violação dos direitos da criança.

1.3 O suposto desaparecimento da infância

Atualmente, muitas crianças têm experimentado o abandono, os maus-tratos, a pobreza, sendo exploradas no trabalho infantil, na mídia e no abuso precoce da sua sexualidade. Crianças que já lutam pela sobrevivência, por uma vida digna e uma educação básica de qualidade. E também as crianças presas em castelos-condomínios, cercadas por videogames, computadores e televisão.

Neil Postman (1999), cientista social e professor da Universidade de Nova York, acredita na idéia de que a infância está desaparecendo e numa velocidade espantosa. Para ele o modo como a infância é vista nos últimos séculos está ligado a um importante evento que acarretou em transformações de costumes na cultura ocidental: a invenção da prensa tipográfica. A idéia de infância, de preocupações com os pequenos, não existia na Idade

Média. Todos compartilhavam o mesmo mundo, crianças e adultos vivenciavam o mundo da mesma forma. Não havia segredos entre os maiores e os menores, pois todos, exceto o clero, eram analfabetos. Mas, quando a prensa tipográfica iniciou sua jornada, as relações entre os maiores e os menores se modificaram.

De acordo com Postman (1999), a partir da invenção da prensa, os maiores podiam ler livros que ficavam à sua disposição; de modo que, aos menores, cabia aprender a ler para descobrir segredos que os maiores liam nos livros.

[...] as crianças eram consideradas crianças uma vez que não sabiam de coisas que só os adultos sabiam, pela experiência ou pela leitura de livros escritos por outros adultos. Em oposição, os adultos, detentores deste saber proibido às crianças, seriam aqueles com a função de orientá-las e discipliná-las (Hamann, 2007, p.1).

A cultura europeia inventou, nos moldes que é conhecido desde o século XVI, tanto a infância quanto a escola. Postman (1999) alega que o desaparecimento da infância e da escola também resulta de um acontecimento notável: a invenção do telégrafo. Desde a invenção desse aparelho comunicativo, toda uma série de máquinas de comunicação tem surgido em seu rastro, entre eles a televisão e o computador.

Postman (1999) postula que, entre os anos de 1850 a 1950, o telégrafo, o rádio, o cinema e principalmente a televisão começaram a desmontar as bases da infância, tirando do lar e da escola o controle da informação e o modo da criança assimilá-la na aprendizagem por etapas. Isso representou um poderoso ataque à linguagem e à leitura, porque para assistir à televisão, basta ver e ouvir, essas habilidades são encontradas em adultos e crianças. Diante desse fato a educação letrada, base da distinção entre adultos e crianças, torna-se insignificante.

Nem mesmo no que diz respeito à vestimenta tem havido uma distinção entre crianças e adultos. Segundo Postman (1999), na última década as roupas infantis fabricadas sofreram

muitas mudanças, praticamente a indústria de roupas infantis não produz mais roupas infantis. Atualmente, as roupas infantis produzidas são semelhante a dos adultos, principalmente, a das apresentadoras de televisão, modelos famosas e dançarinas de axé. Na visão do autor, tornou-se cada dia mais difícil distinguir as crianças dos adultos, “para onde quer que a gente olhe, é visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos – mesmo a aparência física – de adultos e crianças se tornam cada vez mais indistinguíveis” (Postman, 1999, p.18).

A longa exposição das crianças aos conteúdos exibidos pela mídia, em especial pela televisão, faz com que elas tenham acesso a conteúdos inadequados para a sua idade, ou seja, tenham acesso ao mundo que deveria ser só dos adultos. Propagandas sexualmente provocativas, músicas indecentes e cenas de sexo explícito são exibidas a qualquer hora em novelas e filmes, o que caracteriza um abuso para com as crianças e pode resultar na perda da sua inocência e pureza. A mídia tem abusado dos pequenos ao expô-los a atividades sexuais na televisão e ao facilitar o acesso à pornografia na Internet.

A criança e a infância não perderam sua importância perante a família e a sociedade. Mas, concordando com o que postula Postman, a mídia tem exposto os pequeninos a coisas que não condizem com o seu grau de maturidade, contudo até mesmo uma menina vestida como a Carla Perez e dançando “na boquinha da garrafa”, não perde sua graciosidade e pureza. Mas essa situação pode às vezes colocá-la em perigo, atijando o olhar dos pedófilos e fazendo com que uma sexualidade distorcida e precoce venha a emergir nessa criança. A infância que antes era caracterizada pela inocência e pureza dos pequeninos, hoje é erotizada pelos meios de comunicação.

Capítulo II

Abuso Sexual Infantil: Dados e Consequências

2.1. *Definição acerca do abuso sexual*

O sentimento de infância foi construído socialmente e deve ser respeitado, mesmo diante do suposto desaparecimento da infância, essa mantém a sua importância. O surgimento da infância e a valorização dessa como uma fase de desenvolvimento peculiar e de fundamental importância para uma pessoa, permanece presente na sociedade. Violências praticadas contra as crianças, sejam elas sexuais, morais ou físicas, causam no mínimo um mal-estar e certa indignação nas pessoas, mesmo que ocorra frequentemente em uma sociedade.

Hoje, a sociedade depara-se com um aumento considerável da violência contra crianças. Várias crianças são vítimas de abuso sexual ainda na tenra idade e o principal agressor está dentro de casa, uma figura importantíssima para o desenvolvimento e bem-estar da criança, seu próprio pai ou figura paterna (Furniss, 1993).

O abuso sexual de crianças, ao contrário do que muitas pessoas sugerem, não ocorre somente em certas comunidades menos desenvolvidas, culturas tidas como ultrapassadas ou classes menos privilegiadas da sociedade. Segundo Sanderson (2005), isso é um mito, pois o abuso sexual infantil está presente em todas as culturas, comunidades e classes sociais, porém pode apresentar-se de forma mais velada.

O abuso ou violência sexual na infância e adolescência define-se como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usado para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior). O abuso pode incluir desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia,

exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração (adaptado de ABRAPIA, 1997, citado em Pfeiffer & Salvagni, 2005, p. S198).

As estatísticas mostram que meninos e meninas são vitimizados sexualmente desde a mais tenra idade; sendo os índices mais elevados nas faixas etárias entre cinco e sete e entre dez e treze anos (Ferrari, 2002). Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o abuso sexual infantil como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual. Em alguns países europeus, pesquisas indicam que 6-36% de meninas e 1-15% de meninos sofreram abuso sexual na infância antes dos 16 anos. De modo similar, em estudos realizados nos EUA, com uma amostra de 935 pessoas, 32,3% das mulheres e 14,2% dos homens revelaram terem sido submetidos a experiências abusivas na infância.

Possivelmente, esses dados estejam distantes da realidade já que muitas crianças não têm coragem de denunciar o abuso ou simplesmente não são ouvidas pelos seus responsáveis; muitas revelam o abuso somente na idade adulta. Sanderson (2005) aponta que os dados revelados em estudos e pesquisas sobre os casos de abuso sexual infantil significam apenas a ponta de um iceberg. Portanto, ao lidar com as estatísticas referentes à quantidade de pessoas vítimas de abuso sexual na infância ou na adolescência, Braun (2002, citado em Pfeiffer & Salvagni, 2005, p. S198) adverte que é preciso considerar que se trabalha com um fenômeno encoberto por segredo – “um muro de silêncio” - do qual fazem parte os familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência.

De acordo com Schechter e Roberge (1976):

A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não

compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares (citado em Furniss, 1993, p.12).

Furniss (1993) complementa que essa exploração sexual tem como objetivo a gratificação das necessidades e desejos sexuais do autor do abuso. Essa definição ressalta a imaturidade da criança no que diz respeito ao relacionamento sexual, sua incapacidade de escolher e, também, a intencionalidade do abuso por parte do abusador.

É importante destacar a relação de poder existente entre abusador e vítima, em que o primeiro utiliza-se de sua autoridade e posição privilegiada, por exemplo: pai, tio, irmão, para coagir a vítima a manter relações sexuais contra sua vontade. Para Furniss (1993), os relacionamentos sexuais deveriam ocorrer por livre escolha e vontade, sem coerção, e ambos os parceiros deveriam ser capazes de dar total consentimento e ter plena ciência sobre qualquer ato sexual em que venha a se envolver; o que não acontece quando nos relacionamentos sexuais entre crianças e adultos.

O abuso é marcado por uma relação de poder assimétrica entre duas pessoas em que existe ameaça ou sedução por parte do abusador, de acordo com Faiman (2004). Durante o seu desenvolvimento e de sua sexualidade é comum crianças de mesma idade ou maturidade praticarem jogos sexuais tais como tocar os genitais uns dos outros, conversarem sobre o que entendem por sexo ou até mesmo fazerem uso de brincadeiras de cunho erótico, por exemplo, a brincadeira que é conhecida popularmente como brincar de médico. Nesse caso, não caracteriza abuso. Todos os participantes estão cientes dos seus atos, não há uma relação de poder desigual e nem um segredo envolvido. É apenas um modo das crianças ou adolescentes explorarem sua sexualidade.

Diante disso é possível definir o abuso sexual como qualquer conduta sexual com uma criança praticada por um adulto ou por outra criança mais velha. Isto pode significar, além da penetração vaginal ou anal na criança, também tocar seus genitais ou fazer com que a criança

toque os genitais do adulto ou de outra criança mais velha, ou o contato oral-genital ou, ainda, roçar os genitais do adulto com a criança. Lembrando que quando não há desigualdade de poder e nem coerção, ou seja, quando duas ou mais crianças na mesma faixa etária e de comum acordo praticam atos libidinosos, não é caracterizado abuso sexual.

Para Faiman (2004), definir o que é abuso sexual pode ser bastante complicado, pois dependendo do olhar que uma pessoa tem sobre determinada situação de relacionamento interpessoal, essa situação pode caracterizar-se ou não como abusiva. Faiman (2004), então, adota a definição de que “abuso sexual é todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas” (definição do Ceará, citado em Faiman, 2004, p.27).

Para definir o abuso sexual de forma mais ampla a fim de abranger diversas sociedades e culturas, Sanderson (2005) utilizou-se da definição do Departamento de Saúde do Reino Unido:

Forçar ou incitar uma criança ou um jovem a tomar parte em atividades sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo. As atividades podem envolver contato físico, incluindo atos penetrantes (por exemplo, estupro ou sodomia) e atos não-penetrantes. Pode incluir atividades sem contato, tais como levar a criança a olhar ou a produzir material pornográfico ou a assistir atividades sexuais ou encorajá-la a comportar-se de maneiras sexualmente inapropriadas (Departamento de Saúde do Reino Unido, 2003, citado em Sanderson, 2005, p.5).

Resumindo, pode-se pensar no abuso sexual como um jogo, ato ou relação sexual que envolve um relacionamento desigual entre agressor e vítima, compreendendo um modo particular de significação para cada um dos envolvidos. Nota-se que a vítima assume uma posição submissa e é incapaz de compreender a natureza real desta relação. Por sua vez, o

autor do abuso utiliza-se da confiança e dependência do dominado a fim de apoderar-se de sua sexualidade.

2.2. *Desenvolvimento da criança vítima de abuso sexual*

Ao invés de receberem cuidados e proteção de seus pais, nessa fase de fundamental importância para o seu desenvolvimento, crianças e adolescentes são queimados, surrados, ameaçados, abusados sexualmente, menosprezados, entre outras crueldades. Faleiros e Faleiros (2001) enfatizam que a violência sexual praticada contra a criança e o adolescente constituem uma violação de seus direitos humanos e sexuais e dos direitos particulares da pessoa em desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios.

O abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso (Araújo, 2002, p.6).

Segundo Furniss (1993), o dano psicológico no abuso sexual da criança pode estar positivamente relacionado a alguns fatores, são eles: a idade do início do abuso; a duração do abuso; o grau de violência ou ameaça de violência; a diferença de idade entre o abusador e a criança abusada; a significância do vínculo existente entre a pessoa que cometeu abuso e a criança; a ausência de figuras parentais protetoras e o grau de segredo.

Amazarray e Koller (1998) acrescentam outros fatores que podem intensificar os danos causados às vítimas de abuso sexual, tais como: tipo de atividade sexual – formas de abuso mais intrusivas, como a penetração resultam em danos maiores, por exemplo, meninas podem ter seus úteros perfurados e quando adultas terem de conviver com o fato de que nunca serão mães; frequência dos episódios abusivos; reação dos familiares e sociedade diante da descoberta – quando os mesmos atribuem responsabilidade à criança pelo abuso; dissolução

da família após a revelação – a vítima sente-se culpada pelo fim da família; crianças que se auto responsabilizam pela interação sexual; quando a vítima é recompensada pelo abuso e quando o perpetrador nega a ocorrência de abuso, deixando a criança desacreditada diante de todos.

Mas para supor os possíveis danos causados às vítimas é preciso verificar, também, um fator importante anterior ao abuso, Amazarray e Koller (1998) postulam que a saúde emocional prévia contribui sobre o impacto do abuso sexual, pois crianças com boa saúde emocional antes do abuso tendem a sofrer menos efeitos negativos.

Lopes Sanchez (1991, citado em Ferrari, 2002, p.85) divide os efeitos da violência sexual em efeitos imediatos (dois primeiros anos) e efeitos a longo prazo. O autor subdivide os efeitos imediatos em:

- Efeitos físicos mais frequentes: distúrbios de sono, mudanças de hábitos alimentares, gravidez e DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis);
- Efeitos psicológicos mais habituais: medo, hostilidade diante do sexo do agressor, culpa, depressão, baixa auto-estima, conduta sexual anormal (masturbação compulsiva, exibicionismo), angústia, agressões, condutas anti-sociais, sentimentos de estigmatização;
- Efeitos sociais mais comuns: dificuldades escolares, discussões familiares frequentes, fuga, delinquência e prostituição.

Os efeitos a longo prazo são: fobias, pânico, personalidade anti-social, depressão com idéias de suicídio, tentativa ou suicídio levado a cabo, cronificação dos sentimentos de estigmatização, isolamento, ansiedade, tensão, dificuldades alimentares, dificuldades de relacionamento com pessoas do sexo do agressor (amigos, companheiros, filhos, pais), reedição da violência, revitimização, distúrbios sexuais, drogadição e alcoolismo. Crianças

que sofreram abuso sexual podem apresentar dificuldades em confiar em outras pessoas, desenvolvendo relacionamentos interpessoais superficiais.

De acordo com Amazarray e Koller (1998) algumas conseqüências são de especial importância para compreender a real dimensão dos impactos físicos, emocionais e psicossociais causados pelo abuso sexual:

[...] Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se [...] Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento [...] (Blanchard, 1996, citado em Amazarray & Koller, 1998, p.15).

Outra conseqüência importante é que, geralmente, mulheres vítimas de abuso quando crianças tendem a estabelecer relações abusivas, envolvendo-se com homens que as maltratam, menosprezam e as exploram financeiramente. Essas mulheres podem ter dificuldades para proteger seus próprios filhos, fato que facilita a exposição dos mesmos a situações de risco. A repetição do abuso é estatisticamente significativa em filhos de mulheres que foram abusadas, principalmente, as meninas. Já, no caso dos homens abusados na infância, é comum a repetição do abuso, só que em outras crianças. Ou seja, meninos que sofreram abusos, posteriormente, serão abusadores quando adultos (Araújo, 2002). Contudo, isso não pode ser visto de forma determinista, pois esse processo dependerá de vários fatores, os quais foram citados anteriormente.

Em síntese, a criança que é vítima de abuso sexual prolongado, usualmente desenvolve uma perda violenta da auto-estima, tem a sensação de que ela não vale nada e adquire uma representação anormal da sexualidade. Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter

difficultades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, transformar-se em adultos que também abusam de outras crianças ou inclinar-se para a prostituição.

A criança que sofreu abuso sexual durante a infância pode apresentar problemas sérios, tanto físicos quanto psicológicos, no decorrer de sua vida. Sendo que, quanto maior a proximidade e afinidade entre o abusador e a vítima e a recorrência com que o abuso acontece, maiores serão os danos causados. Principalmente, no que diz respeito ao sentimento de culpa, que em relações incestuosas é intensificado, já que existe uma dinâmica de interação, em que a criança influencia os pais e os pais influenciam a criança (Amazarray & Koller, 1998). Dessa forma a criança pode sentir-se como agente ativo em seu próprio abuso. Para ela é difícil compreender e aceitar sua falta de maturidade e dependência estrutural de seus pais, o que a torna, certamente, vítima dessa violência.

2.3. *Abuso sexual infantil intrafamiliar recorrente*

O abuso sexual pode ser do tipo incestuoso ou intrafamiliar – quando o autor do abuso possui uma relação de consangüinidade, de afinidade ou de mera responsabilidade com a vítima; ou extrafamiliar – quando o autor do abuso sexual e a vítima não são parentes, ascendentes ou descendentes, bem como não possuem qualquer afinidade (Azevedo & Guerra, 1993). Nas famílias abusivas, às vezes, o abuso sexual é uma das únicas formas de contato físico vivenciados por crianças e adolescentes dentro de casa (Silva, 2002).

Furniss (1993) relata um caso real de abuso sexual infantil intrafamiliar recorrente no qual é possível visualizar claramente uma estrutura de poder que permite e acoberta o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Sara, quando criança, foi vítima de abuso sexual por oito anos antes de revelar. Ela era abusada por seu pai no período em que sua mãe estava fora de casa, trabalhando. Sara conta que quando chegava da escola, ficava no piso inferior da casa (na sala ou na cozinha), daí seu pai subia para o seu quarto e a chamava dizendo: ‘Sara, suba e

venha arrumar seu quarto’. Apesar de saber que seu quarto estava perfeitamente arrumado, ela obedecia ao chamado de seu pai e ia. Essa frase indicava o início do ritual de entrada e era parte integrante do abuso. Ela sabia que quando chegasse lá ele estaria com as calças abertas, de costas para a porta e seu quarto estaria com as luzes apagadas e cortinas fechadas. Quando ela entrava no quarto, ele fechava a porta e começava a abusar dela. Durante a penetração vaginal e anal, não havia nenhum contato visual entre Sara e seu pai, somente ordens estereotipadas por parte dele. Para encerrar o abuso havia um ritual de saída, em que ele subia as calças, mandava Sara arrumar sua cama, ia ao banheiro e depois descia para a cozinha. Passado algum tempo ele dizia: ‘Sara, você deve ter ficado com sede na escola’. Isso significava o final do ritual de saída e do abuso sexual. Ela deveria descer e beber alguma coisa. Ele voltaria a ser seu pai e os dois agiriam como se nada tivesse acontecido.

O abuso sexual intrafamiliar é desencadeado e mantido por uma dinâmica complexa. De acordo com Furniss (1993), tal dinâmica envolve dois aspectos que se apresentam interligados: a “Síndrome de Segredo” e a “Síndrome de Adição”. A Síndrome de Segredo diz respeito ao repúdio que o agressor pode gerar na sociedade por manter relações sexuais abusivas com uma criança. A fim de evitar essa rejeição e omitir os seus atos de crueldade, ele ameaça, suborna e chantagia emocionalmente a criança vitimizada para que ela mantenha o abuso em segredo. Ao manter o segredo, a criança, mesmo amedrontada diante de constantes ameaças, sente-se cúmplice da agressão sofrida. Como consequência disso, o abuso é mantido por um longo período de tempo, até que a criança consiga denunciar.

A Síndrome de Adição é caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrole de impulso frente ao estímulo gerado pela criança. O abusador, por não se controlar, usa a criança para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência. O abusador age, de certa forma, como um viciado. É como se a criança, que é estruturalmente dependente, fosse a “droga” para o agressor, o qual em

situações de estresse e descontrole a usa para obter alívio. Um pai abusador descreveu sentir uma forte tensão física em seu corpo quando estava em situações de estresse. Ele sentia como se seu corpo estivesse queimando, diante disso ele criava as circunstâncias ideais para poder abusar da filha. Esse pai relata que tentava se afastar da filha e pedia que ela não se aproximasse dele enquanto os dois estivessem sozinhos em casa. Porém, ele não conseguia interromper o abuso, assim continuava a criar situações favoráveis para a sua manutenção. A fim de negar seu vício e evitar a realidade, ele culpava a filha pelo seu ato de crueldade (Furniss, 1993).

Segundo Furniss (1993), a experiência do abuso sexual é negada e anulada em três níveis contextuais:

a) Pelo contexto em que ocorre o abuso sexual

No contexto do abuso sexual, a vítima vivencia experiências conflitantes e contraditórias em termos fisiológicos, perceptuais e emocionais. Os intensos contatos com a pele e a estimulação do corpo provocam, na criança, um estado de estimulação física e fisiológica, bem como sensações corporais de dor e excitação. Por sua vez, os níveis de ansiedade aumentam à medida que a criança sente o desamparo e a incapacidade de abandonar a cena. Observa-se ainda que a interação sexual entre o autor do abuso sexual e a criança se dá, sobretudo, pela tentativa, por parte da pessoa que abusa, de criar um contexto que anule a realidade do abuso sexual. O autor do abuso sexual busca dissociar a natureza sexual do abuso, introduzindo aspectos ritualizados da interação (silêncio, escuridão, contato físico ritualizado, evitação do contato visual, dentre outros) os quais são mantidos por breves e estereotipadas ordens e ameaças verbais.

b) Pela transformação da pessoa que abusa em “outra pessoa”

Os autores do abuso sexual, quando em estado de excitação sexual, apresentam comportamentos diferentes do habitual (gestos distintos, padrão incomum de linguagem, tom

de voz alterado e comportamento físico estranho), bem como buscam negar qualquer aspecto de relacionamento real com a criança no decorrer do ato abusivo, evitando o reconhecimento claro da experiência do abuso sexual. Conseqüentemente, a criança não é capaz de perceber a realidade do abuso sexual e de nomear essa experiência como abusiva.

c) *Pelos rituais de entrada e saída do abuso sexual*

O ritual de entrada possui a função de transformar uma interação comum adulto confiável-criança na interação autor do abuso sexual-criança. Por sua vez, no ritual de saída ocorre o oposto – a pessoa que abusa transforma-se no adulto confiável. Cabe salientar que os rituais de entrada e saída fortalecem a dissociação das mensagens sensoriais fisiológicas contraditórias para a criança; reforçam a anulação e negação do abuso sexual; ampliam a experiência incoerente da realidade externa e marcam o período de tempo do abuso sexual. A criança e o autor do abuso sexual extinguem da realidade o período de tempo do abuso e a experiência dos rituais de entrada e saída, criando um espaço físico e um espaço temporal entre o abusador e a criança.

Ainda, de acordo com Furniss (1993), a experiência do abuso sexual contém elementos que contribuem para o comportamento leal das crianças e dos adolescentes vitimizadas – a excitação fisiológica, a gratificação secundária (subornos e recompensas) e o vínculo sexualizado (a atenção e o cuidado do autor do abuso sexual constituem a única experiência positiva na vida da criança).

Entretanto, Rangel (2001) afirma que o abuso sexual recorrente não pode ser compreendido, exclusivamente, como a relação sexual entre um adulto e uma criança, mas, também, como uma problemática que envolve a dinâmica da família (a forma em que se apresentam as relações parentais e entre gêneros; o comportamento e a posição que ocupam os membros da família; os valores, as concepções e os mecanismos que sustentam a vivência do abuso).

As pesquisas têm demonstrado que a revelação tardia do abuso sexual, bem como a adaptação da vítima à situação abusiva e a submissão dos membros da família encontram justificativas no contexto familiar cuja dinâmica relacional é confusa e ambivalente (Banchs, 1994, citado em Rangel, 2001).

Capítulo III

A Família Abusiva

3.1. Dinâmica da família abusiva

Atualmente, a família é responsável pela formação social, moral e psicológica do indivíduo. É um lugar de proteção e acolhimento nos momentos bons e, também, difíceis da vida de seus membros. Para Araújo (2002), é dever dos pais zelar pelo bem estar de seus filhos, contribuir para o seu desenvolvimento emocional e físico sadios e garantir-lhes proteção e segurança. Essa definição de família pressupõe uma família organizada, que diante dos eventos estressores é capaz de encontrar recursos em si mesma ou no seu ambiente para retornar a um estado equilibrado. Contudo, nem todas as famílias funcionam de forma organizada. Em muitas famílias é freqüente verificar relatos de violência tais como: abuso emocional, físico e sexual (Antoni & Koller, 2000).

A violência intrafamiliar sobrevém quando os pais ou responsáveis utilizam-se do poder que lhes é conferido para dominar ou explorar crianças e adolescentes, a fim de satisfazer seus desejos e necessidades pessoais. Nesse contexto de violência, há uma inversão e confusão dos papéis e funções a serem desempenhados dentro do meio familiar. Nos casos de abuso sexual, cenas de sedução e carinho mascaram a violência e o abuso (Araújo, 2002).

A maior parte dos casos de abuso sexual infantil acontece dentro de casa e são perpetrados por pessoas com algum laço de consangüinidade ou afinidade com a vítima, ou seja, pessoas que desempenham papel de cuidadoras ou protetoras desta (Araújo, 2002). Aproximadamente 50% dos abusos contra crianças e adolescentes são cometidos por membros da família (Amazarray & Koller, 1998).

É evidente uma disfunção nas famílias em que o incesto está presente. Famílias incestuosas apresentam algumas características em comum, que sugerem o abuso intrafamiliar, tais como:

[...] violência doméstica; pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; pai alcoolista; pai autoritário demais ou excessivamente moralista; mãe demasiado passiva e ausente; cônjuges com relação sexual inadequada; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); pais que acariciam seus filhos ou exigem determinados tipos de carícias dos mesmos, violando a privacidade sexual; pais que permanecem muito tempo a sós com seus filhos [...] (Amazarray & Koller, 1998, p.9).

Para Scodelario (2002), o potencial destrutivo em famílias com relações desorganizadas é enorme. De certa forma, nessas famílias há um prejuízo na circulação de conteúdos referentes a esse grupo familiar, pois não se fala abertamente sobre os problemas que acontecem. Com isso conteúdos rejeitados, tais como a violência, são depositados em um membro dessa família, esse funciona como bode expiatório, ou seja, caracteriza-se como o causador ou possuidor do problema. Funcionando dessa forma, a família não propicia a circulação desses conteúdos e nem a sua modificação, permanecendo na família um padrão repetitivo consolidado (Scodelario, 2002).

A situação descrita acima é observável em famílias com dinâmica de violência, nelas parece ser fundamental a presença de uma figura agressora para que a família continue a existir. Além disso, por apresentarem um padrão repetitivo, no qual diante de um problema a família direciona a responsabilidade para um dos membros (tido como causador), essa forma disfuncional de relacionar-se pode percorrer várias gerações.

Para compreender a necessidade que uma família tem em possuir uma dinâmica que inclua violência em suas relações é preciso considerar diversos fatores, tais como: experiência

de socialização, características patológicas e fatores culturais, sociais e políticos. A presença da violência na dinâmica de uma família deve ser visto como um fenômeno multicausal (Scodelario, 2002).

Scodelario (2002) resalta alguns aspectos presentes no meio familiar que contribuem para uma melhor compreensão deste fenômeno. São eles: dificuldades e bloqueios na comunicação entre os membros, principalmente em relação às vivências emocionais; o complô de silêncio mantido pelo agressor, vítimas e demais membros (esse silêncio é o principal responsável pela continuidade e (re) produção da violência, especialmente nos casos de abuso sexual); uso de mecanismos de defesa, em especial a negação (a mãe nega os fatos a fim de se proteger e não ter que admitir a violência presente em seu lar, o agressor nega a prática de quaisquer atos que prejudiquem a família, e a pessoa vitimizada nega os acontecimentos e seus sentimentos, com medo de denunciar e ser a culpada pela desestruturação da família); baixa auto-estima da vítima ocasionada por depreciações feitas pelo agressor a fim de que ele mantenha o controle da situação (essa desvalorização propiciada pelo agressor acarreta em uma diminuição da auto confiança e também em sentimentos de impotência na vítima); dificuldades em reconhecer, aceitar e respeitar os limites (há um abuso de poder por parte do agressor, ele não aceita os limites, ele é a própria lei); e isolamento social da família (os pais têm resistência em socializar e inserir culturalmente seus filhos, acarretando em empobrecimento e restrição nas trocas afetivas).

Em famílias sexualmente abusivas, Gabel (1997) supõe que exista uma disfunção em três níveis: o primeiro diz respeito ao poder que o mais forte exerce sobre o mais fraco, o segundo trata-se da confiança que a figura dependente (filhos) tem na figura protetora (pais) e o terceiro é o uso delinqüente da sexualidade, desrespeitando o direito e propriedade que cada indivíduo tem sobre seu corpo.

Nem sempre é possível identificar a violência intrafamiliar, pois ela é originada de relações assimétricas e hierárquicas, assinaladas por desigualdade e subordinação que se apresentam de forma sutil, inseridas dentro da dinâmica familiar. Essa dinâmica de violência “pode ser fruto de uma crise não resolvida na família, ou pode ser um padrão de relacionamento que acompanha a história familiar daquele grupo” (Antoni & Koller, 2000, p.352). Quando a violência é ocultada pela família como um segredo, é gerada uma coesão doentia entre seus membros, o que dificulta a denúncia e a confirmação da violência intrafamiliar.

Esse segredo familiar pode percorrer várias gerações sem ser denunciado. Há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar. Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social (Araújo, 2002, p.8).

As crianças abusadas sexualmente sentem-se impotentes e amedrontadas, pois podem ser desacreditadas ou responsáveis pelo fim da família, caso seja revelado o segredo. Outro fator que pode dificultar a denúncia é o fato de ter que admitir o ciclo de violência do qual a família faz parte. Porém, o segredo faz com que a violência se perpetue entre as gerações, sirva de subsídio para o agressor e enfraqueça ainda mais a vítima. “O silêncio perdoa o agressor e reforça seu poder sobre a vítima” (Amazarray & Koller, 1998, p.2).

Assim, nas famílias em que a violência ocorre é possível identificar uma disfunção que mostra claramente uma desigualdade de gênero e de geração. É perceptível uma assimetria do poder; o mais fraco se submete ao mais forte, tolerando maus-tratos físicos e abusos (moral e sexual). O homem é superior à mulher (desigualdade de gênero) e os adultos são superiores às crianças (desigualdade de geração). Portanto, o abuso sexual evidencia-se como um abuso de

poder. Geralmente, o pai ou figura paterna é o mais forte (fisicamente) e responsável pelo sustento da casa, esse fato talvez explique o porquê dele ser o principal abusador dentro das famílias com dinâmica de violência.

3.2. A mãe: vítima secundária

A proibição do incesto, representada através dos mitos, religiões e códigos é uma regra universal. Para Cohen (1993, citado em Ferrari, 2002, p. 90), a proibição do incesto ante ao parentesco cultural tem efeito estruturante, permitindo o convívio familiar e possibilitando ao filho diferenciar simbolicamente o pai.

Uma pesquisa elaborada pela equipe do CNRVV (Mapeando a Violência) constatou que o pai biológico é responsável pela grande maioria dos casos de abuso sexual infantil, seguido por padrastos, parentes e, por último, desconhecidos (Ferrari, 2002).

Nas situações em que o autor do abuso é o pai ou padrasto configura-se uma situação incestuosa. Para Lévi-Strauss (1976) o pai abusador, ao impor a lei do seu desejo, transgride a lei cultural que proíbe o incesto (citado em Araújo, 2002, p.7). Aproveita-se da imaturidade e incapacidade de defesa da criança, traindo a sua confiança. A fim de alcançar sua intenção abusiva busca silenciar a sua vítima fazendo promessas ou até mesmo ameaças de violência e castigo contra a criança. A figura parental abusiva beneficia-se da conivência ou cegueira da mãe e dos outros membros da família (Araújo, 2002).

A criança vive uma situação traumática e conflituosa, permeada por diferentes sentimentos onde se misturam medo, raiva, prazer, culpa e desamparo. Tem raiva da mãe por não protegê-la e tem medo de contar, com receio de que não acreditem nela ou a considerem culpada (Araújo, 2002, p.7).

Diante da suspeita ou constatação de que o marido ou companheiro abusa sexualmente dos filhos, a mãe vivencia uma situação ambígua e confusa. Comumente ela nega os indícios,

denega suas percepções, recusa-se a aceitar a realidade da traição do marido; a mãe se esquece de que o abuso é um ato de violência e controle e que sua filha não é outra mulher com a qual seu marido a está traindo. Tomada por sentimentos ambivalentes em relação à filha: sente raiva e ciúme, porém sente-se culpada por não protegê-la. A mãe torna-se também uma vítima desse abuso, vítima secundária, da violência familiar (Araújo, 2002).

Para Ferrari (2002), nas famílias em que o tabu do incesto é respeitado, a mãe age como progenitor protetor e, em casos de abuso sexual intrafamiliar por parte da figura paterna, ela separa-se, denuncia ou afasta os filhos do abusador. Furniss (1993) pontua que no relacionamento em que a mãe está mais presente na vida de seus filhos, dificilmente, o abuso perdurará por muitos anos. Essa mãe irá, de algum modo, afastar seus filhos do abusador, mas esse processo pode ser um pouco lento, e não imediato, como pareceu descrever Ferrari (2002).

Segundo Furniss (1993):

Nas famílias em que acontece abuso sexual da criança, as mães geralmente têm o papel do progenitor não-abusivo. Nesse papel, a função protetora é crucial no abuso sexual prolongado. [...] O abuso sexual da criança também acontece em famílias com um relacionamento mãe-filha próximo e protetor. Contudo, nesses casos, o abuso sexual não continuará através dos anos. Essas mães [...] captam os sinais de abuso sexual por parte das crianças, que falam a respeito e são acreditadas. Ou elas reconhecem mudanças no processo familiar, quando os maridos e filhos começam a se portar de modo estranho [...] Elas geralmente tomam medidas para proteger a criança e induzem a uma revelação (p.53).

Esta colocação atribui à mãe um papel fundamental no núcleo familiar, pois há uma expectativa de que ela perceba o abuso e rompa com a situação abusiva (Rangel, 2001).

No entanto, há casos em que a mãe é, de fato, cúmplice do agressor, utilizando o abuso como fator regulador de conflitos familiares e conjugais. Ou seja, desobriga-se da sua posição de cônjuge, nem sempre considerada positiva, e, em alguns casos, acredita ser justo que a filha sacrifique-se e contribua para a manutenção da família, mantendo o homem provedor preso ao núcleo familiar (Furniss, 1993). Por sua vez, Rangel (2001) aponta para a presença de doenças físicas ou mentais que a torna incapaz de exercer as atividades conjugais e de assumir a posição de progenitor não-agressor cuja função é proteger e oferecer suporte aos filhos. Ainda em muitos casos a mãe desconhece a ocorrência do abuso, cuja prática torna-se oculta e imperceptível.

Alguns atos expressados pela mãe ao tomar conhecimento ou suspeitar da relação abusiva que seu marido ou companheiro mantém com sua filha são negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução, dessa forma parece mais fácil suportar o impacto da violência, da decepção e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal. A negação da mãe pode também estar relacionada com uma cumplicidade silenciosa, muito freqüente em casais com conflitos sexuais, onde a criança ocupa um lugar (função sexual) que não é dela, amenizando assim o conflito conjugal (Araújo, 2002).

Diante de qualquer uma dessas situações a criança sente-se duplamente traída, pois além de estar sendo submetida a uma violência sexual cometida por seu pai, sua mãe se cala, ambos se abstêm do papel de proteção que deveriam desempenhar como figuras parentais. Além disso, o abusador é, muitas vezes, “perdoado” pela família e pela sociedade por razões culturais e autoritárias (Faleiros, 1997), principalmente nos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar.

Contudo, não é suficiente perdoar o autor da violência. Como foi visto a violência está inserida na dinâmica familiar. Punir ou perdoar essa pessoa, não mudará a disfunção existente no meio familiar. Quando a violência e o abuso sexual intrafamiliar têm uma função na

estrutura de uma família é preciso questionar os diversos fatores que fizeram essa família estruturar-se dessa forma e a necessidade de manter esse ciclo de violência.

A forma de relacionar-se da família abusiva foi construída por diversos fatores, por isso é incoerente deslocar toda a culpa para aquele que ficou com a função de abusador ou agressor. Para que a dinâmica dessa família torne-se funcional e organizada é necessário que todos os seus membros sejam trabalhados terapeuticamente e que o segredo, muitas vezes passado de geração em geração, seja revelado.

Conclusão

Ao revisar a história social da criança, baseando-se nos estudos de Áries (1981), foi possível perceber que a valorização da criança e o seu reconhecimento como um ser estruturalmente dependente (físico e psicologicamente) dos adultos aconteceu de forma gradativa na sociedade. Para ele a infância é um fenômeno da modernidade. Postman (1993) apóia a idéia de que a infância está desaparecendo devido à invenção do telégrafo, pois desde a invenção desse aparelho comunicativo, toda uma série de máquinas de comunicação tem surgido em seu rastro, entre eles a televisão e o computador.

Contudo, o sentimento existente pela infância é um fenômeno construído socialmente, sendo difícil que a criança perca sua importância perante a sociedade. Por isso, ao invés da infância estar desaparecendo, parece estar ocorrendo uma banalização da infância, já que as crianças têm sido expostas a conteúdos inadequados transmitidos pela mídia, em especial a televisão. Parece haver um retrocesso, pois a infância foi reconhecida, as crianças passaram a ser tratadas de forma diferenciada pela sociedade, porém elas votaram a participar do mundo dos adultos por meio dos conteúdos exibidos pela mídia.

Conforme relata Áries (1981), antigamente os adultos e as crianças compartilhavam as mesmas informações, os mesmos lugares e eventos. Não havia nenhuma restrição para as crianças, elas participavam de tudo e eram expostas a constantes situações que hoje seriam consideradas abusivas. Todavia, a diferenciação entre crianças e adultos parece não estar mais tão clara. Atualmente, crianças vestem-se como adultos e adultos apresentam comportamentos infantilizados (Postman, 1999). Essa confusão de papéis e falta de definição da posição ocupada por cada um pode acarretar, novamente, em uma exposição das crianças a situações abusivas. A erotização da infância, ocasionada por músicas com letras pornográficas, programas de televisão inadequados entre outros, pode contribuir na facilitação do processo

que leva ao abuso sexual infantil. A erotização da infância pode tornar mais fácil a inserção da criança no jogo de sedução do abusador.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um tema delicado por despertar incompreensões quanto à escolha do objeto sexual; obscuro por denunciar uma relação de segredo e cumplicidade entre a vítima e o autor do abuso e; laborioso pela dificuldade em desvendar e diagnosticar o ato libidinoso cometido contra a criança e o adolescente (Gabel, 1997). Como foi visto no capítulo II, o abuso sexual é marcado por uma diferença de idade e de desenvolvimento psicosssexual, no qual um dos parceiros não tem plena consciência e nem maturidade para participar de atividades sexuais ou pornográficas em geral. O abuso sexual é caracterizado pela intencionalidade do abusador, ressalta Furniss (1993).

A revisão da literatura do presente estudo evidenciou que o abuso sexual constitui uma forma de violência que se configura sob uma assimetria de poder coercitivo (Faiman, 2004). Nota-se que a assimetria de poder e o estabelecimento de relações hierárquicas são os principais responsáveis pela dinâmica de violência intrafamiliar. Relações marcadas por uma forte desigualdade baseada nas diferenças de gênero e na dependência física e estrutural que uma criança tem de um adulto, assinalam relações passíveis de violência. A criança fica sem vez e sem voz dentro da família e não desenvolve argumentos para se defender do abuso (Silva, 2002).

Rangel (2001) enfatiza que a instalação do abuso e sua recorrência devem-se, sobretudo, à dinâmica familiar assimétrica que denuncia relacionamentos familiares hierarquizados, bem como uma dominação adulta e uma submissão da criança. Para esta autora, limites e respeito podem e deve coexistir em famílias que priorizem uma dinâmica familiar menos assimétrica, cujos relacionamentos são menos hierarquizados. Isto quer dizer que a criança pode ser ouvida (ainda que o seu ponto de vista não seja acatado) e as decisões são tomadas entre iguais – o que enriquece o diálogo, cria um ambiente de proteção, suporte e

segurança à criança a qual, ciente de seus direitos, torna-se capaz de dizer não às propostas abusivas dos adultos.

O presente estudo, cuja proposta é compreender a dinâmica da família que inclui violência e, principalmente, o incesto, obteve êxito em parte, pois explicou os fatores que levam à ocorrência da violência intrafamiliar, contudo, em relação ao incesto, foi dada maior ênfase à recorrência do abuso sexual infantil intrafamiliar e os possíveis papéis desempenhados pela mãe diante do abuso de seu (s) filho (os), do que à dinâmica da família abusiva em si. É preciso entender a violência intrafamiliar, em suas diversas manifestações, como um fenômeno multicausal (Scodelario, 2002). Todavia, foi perceptível que qualquer tipo de violência intrafamiliar tem como precedente a presença de relações desiguais e hierárquicas na dinâmica de uma família. Há um abuso de poder por parte daquele que o detém, e esse abuso pode ser expressado de diversas formas, inclusive em forma de violência sexual. Contudo, a dinâmica da família abusiva parece envolver outros fatores importantes, suas relações ocorrem de maneira erotizada e muitas vezes o abuso pode ser a única forma de atenção e carinho recebidos pela criança (Araújo, 2002).

Como descreve Furniss (1993), em casos de abuso é desenvolvida uma Síndrome de Adição, pois o abuso sexual infantil torna-se um vício, e em situações de estresse o abusador precisa manter relações sexuais com a criança para relaxar. Portanto, fica claro que diversos fatores são responsáveis pela construção de uma dinâmica familiar que inclui abuso sexual. Sendo variáveis as causas do incesto e da violência intrafamiliar de uma família para outra. Cada família organiza-se de acordo com as suas necessidades, cada família deve ser vista de forma singular, portanto os motivos da violência também devem ser visto assim.

É difícil para a sociedade aceitar a existência de violência dentro de casa, contudo é fácil criticar as famílias que o cometem e, em especial, o agressor ou abusador. Essa monografia mostrou que existe um ciclo de violência inserido no contexto familiar e que para

manter o equilíbrio é necessário haver o abuso. Todos os membros da família têm uma função primordial na manutenção desse ciclo de violência (Scodelario, 2002). As crianças participam passivamente dessa violência, pois dependem dos pais e precisam aprender a conviver com isso.

Muitas vezes a violência intrafamiliar pode passar de geração em geração. Esse fato é perceptível em casos de abuso sexual intrafamiliar, pois geralmente a mãe e a avó de uma vítima de abuso já foram abusadas quando criança, e mantiveram o abuso em segredo (Imber-Black, 1994). E essa dinâmica é passada para as gerações seguintes até que alguém revele o segredo e denuncie o abuso existente nessa família para que novos conteúdos transitem e a dinâmica de violência intrafamiliar seja modificada. Com isso, essa família será capaz de encontrar o equilíbrio perante eventos estressores sem utilizar-se da violência.

Deve-se ter consciência de que a violência sofrida por crianças pode ocasionar grandes danos ao seu desenvolvimento; muitas vezes a violência sexual torna-se uma violência social e quem sofre as conseqüências diretas disso é a própria sociedade. Medidas devem ser tomadas urgentemente para que essas famílias recebam ajuda e apoio do governo e da sociedade. Nos casos de violência intrafamiliar, essas famílias deveriam ser encaminhadas a uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais, médicos, psicólogos entre outros profissionais de saúde para serem auxiliadas no processo de modificação dessa dinâmica de violência.

O tema da presente monografia foi escolhido mediante um sentimento de indignação e também uma curiosidade em entender como pais e familiares são capazes de cometer atos de crueldade contra crianças e adolescentes. Após efetuar esse estudo tornou-se compreensível a multicausalidade do abuso sexual infantil intrafamiliar, ou seja, os inúmeros fatores que contribuem para a ocorrência do abuso. Portanto, percebe-se que o abusador é somente a figura de destaque quando uma criança é violada, mas toda a família participa passivamente,

sendo que muitas vezes são coniventes com o abuso. Além disso, ainda existem outros fatores que colaboram para a violência em uma família, pois que quando crianças foram maltratados e abusados sexualmente, o desemprego, o alcoolismo entre muitos outros fatores sociais. Dessa forma, a sociedade também se mostra conivente com essa violência, pois ao invés de desenvolver políticas de ajuda a essas famílias, ela ignora a existência da violência intrafamiliar.

A indignação perante o abuso de uma criança permanece, pois elas são estruturalmente dependentes de seus familiares, elas precisam de proteção, respeito e amor para crescerem de forma saudável e feliz. Contudo, fica claro que o abusador é apenas um dos componentes dessa violência e não o principal responsável por ela.

Referências Bibliográficas

- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 11, 3.
- Antoni, C. de & Koller, S. H. (2000). A Visão de Família entre as Adolescentes que Sofreram Violência Intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*. 5, 2, 347-381.
- Araújo, M. de F. (2002). Violência e Abuso Sexual na Família. *Psicologia em estudo*. 7, 2, jul., 1-13.
- Áries, P. (1981). *História Social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. de A. (1993). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em Família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Faleiros, V. de P. & Faleiros, E. T. S. (Coords). (2001). *Circuitos e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Vozes Editora.
- Ferrari, D. C. de A. (2002). Definição de Abuso na Infância e na Adolescência. In: Ferrari, D. C. de A. & Vecina, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). Algumas Observações Preliminares. In: Gabel, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- Hamann, F. P. (2007). *Erotização da infância: a história de uma nova forma de ser criança*. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2007.
- Imber-Black, E. (1994). Segredos na Família e na Terapia Familiar: Uma Visão Geral. In: Imber-Black, E. *Os Segredos na Família e na Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*. 21(Supl. 5):197-204.
- Postman, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graphia.
- Rangel, P. C. (2001). *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá.
- Rocha, R. de C. L. da. (2002). *História da Infância: Reflexões Acerca de Algumas Concepções Correntes*. Monografia de final de curso. Departamento de Pedagogia da UNICENTRO.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Scherer, E. A & Scherer, Z. A. P. (2000). A Criança Maltratada: Uma Revisão da Literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 8, 4, ago., 22-29.

Scodelario, A. S. (2002). A Família Abusiva. In: Ferrari, D. C. de A. & Vecina, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

Silva, M. A. de S. (2002). Violência Contra Crianças: Quebrando o Pacto de Silêncio. In: Ferrari, D. C. de A. & Vecina, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

Stearns, P. N. (2006). *A Infância: História Mundial*. São Paulo: Contexto